

Concessionária
Aeroporto Rio de Janeiro S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016
e relatório dos auditores independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Continuidade Operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, letra (b), às demonstrações financeiras, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 2.676.081 mil, oriundos, principalmente, da sua dívida de curto prazo com instituição financeira e do passivo pela aquisição da concessão. Os planos da administração para reequilíbrio dessa situação estão descritos na referida nota e envolvem a extensão de prazos de pagamentos de certos passivos, captação de empréstimo de longo prazo, além de aportes de capital dos acionistas e geração adicional de caixa das operações. A não concretização desses planos suscita dúvida substancial sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

Ênfase – Operação Lava a Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, letra (c), às demonstrações financeiras, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava a Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro e que envolvem empresas, executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Essas investigações encontram-se em andamento, não havendo como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Continuidade Operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação de risco de perdas por redução ao valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão - Nota Explicativa nº 14 - "Intangível"

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão. Em 31 de dezembro de 2016, o valor líquido desses ativos, reconhecidos no ativo intangível da Companhia, era de R\$ 14.969.457 mil. O principal procedimento adotado pela Administração para o teste anual de recuperação desse ativo intangível contempla a preparação de um fluxo de caixa futuro, incluindo a expectativa de obras e melhoramentos.

Esse tema foi considerado como um PAA devido ao significativo grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração para elaboração do fluxo de caixa futuro, que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado e dos aspectos regulatórios previstos no Contrato de Concessão.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- utilização de nossos especialistas para nos auxiliar no exame e avaliação das premissas e metodologia utilizada pela Administração da Companhia na preparação do fluxo de caixa;
- desafiamos as principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, considerando se essas premissas estavam adequadas com base na atual situação de mercado e economia do País;
- comparação das projeções com os resultados históricos; e
- testamos os cálculos matemáticos do fluxo de caixa futuro elaborado pela Administração da Companhia.

Reconhecimento das receitas tarifárias - Notas Explicativas nº 2.17.i - "Receitas de serviços" e nº 22 - "Receita líquida"

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

O reconhecimento das receitas tarifárias de aeronaves, passageiros, armazenagem e capatazia é altamente dependente do funcionamento de sistemas de informação e seus controles internos para que estas receitas sejam reconhecidas quando os respectivos serviços aeroportuários sejam efetivamente prestados. Este processo também leva em consideração outros aspectos complexos e que podem impactar o adequado reconhecimento da receita, como o cadastro e atualização dos preços das tarifas, o volume e natureza do serviço, modelo da aeronave, tempo de permanência entre outros.

Esse assunto foi considerado como um PAA devido à complexidade do ambiente de tecnologia e dos seus respectivos controles relacionados ao reconhecimento de receita incluindo os preços praticados e o volume de transações efetuadas durante o exercício.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- utilização de nossos especialistas em sistemas para nos auxiliar na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de Tecnologia de Informação (TI);
- avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles implementados pela Administração para o processo de reconhecimento das receitas de tarifa de embarque/conexão e armazenagem;

- execução de testes de auditoria com o intuito de avaliar a integridade das bases de dados (relatórios) geradas pelos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receita;
- por meio de seleção de amostras de determinados voos nacionais e internacionais efetuamos a contagem dos passageiros embarcados e comparamos com o total de passageiros registrados no sistema de cobrança das tarifas de embarque/conexão;
- elaboração de uma expectativa para a receita de embarque/conexão com base nos relatórios quantitativos de passageiros e comparação do valor obtido com a receita registrada durante o exercício; e
- testamos determinadas transações de receita com armazenagem ocorridas no exercício, inspecionando faturas/boletos, Declaração de Importação e de Exportação, se aplicável, e o recebimento subsequente do valor da transação pago pelo cliente.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes comparativos

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 09 de maio de 2016, com uma opinião sem modificação e com parágrafo de ênfase indicando a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia sobre essas demonstrações financeiras e Operação Lava a Jato.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2017

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0



Paulo Buzzi Filho
Contador - CRC-RJ - n°071.138/O-5

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	140.892	187.533	Financiamentos (Nota 15)	1.123.764	1.109.053
Aplicações financeiras (Nota 8)	127.465	36.978	Fornecedores e contas a pagar (Nota 16)	48.175	160.630
Contas a receber (Nota 9)	93.588	167.651	Partes relacionadas (Nota 11)		31.390
Partes relacionadas (Nota 11)	355		Obrigações sociais e trabalhistas	24.962	30.224
Estoques	6.138	6.156	Adiantamento de clientes (Nota 17)	21.931	26.109
Tributos a recuperar (Nota 10)	150.997	12.778	Tributos a pagar	6.739	13.503
Despesas antecipadas	6.224	5.222	Credor pela aquisição da concessão (Nota 19)	1.938.709	969.535
Outros ativos	992	1.907	Repasse de adicionais sobre tarifa (Nota 20)	38.452	30.527
	<u>526.651</u>	<u>418.225</u>		<u>3.202.732</u>	<u>2.370.971</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Partes relacionadas (Nota 11)	24.880	23.090
Contas a receber (Nota 9)	1.323	3.664	Credor pela aquisição da concessão (Nota 19)	11.088.078	10.649.313
Partes relacionadas (Nota 11)	18.444	18.489	Adiantamento de clientes (Nota 17)	141.472	72.738
Tributos a recuperar (Nota 10)	35.267		Contingências cíveis		15
Tributos diferidos (Nota 12 (b))	231.240	50.940		<u>11.254.430</u>	<u>10.745.156</u>
Despesas antecipadas	2.900	5.564			
	<u>289.174</u>	<u>78.657</u>			
Imobilizado (Nota 13)	2.180	2.146	Patrimônio líquido (Nota 21)		
Intangível (Nota 14)	14.979.332	13.871.606	Capital social	1.790.393	1.353.897
	<u>15.270.686</u>	<u>13.952.409</u>	Prejuízos acumulados	(450.218)	(99.390)
Total do ativo	<u><u>15.797.337</u></u>	<u><u>14.370.634</u></u>		<u>1.340.175</u>	<u>1.254.507</u>
			Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>15.797.337</u></u>	<u><u>14.370.634</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 22)	1.181.587	2.198.901
Custo dos serviços (Nota 23)	<u>(997.788)</u>	<u>(1.800.705)</u>
Lucro bruto	183.799	398.196
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 24)	(75.361)	(152.152)
Outras receitas e despesas, líquidas	<u>1.239</u>	
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido	109.677	246.044
Receitas financeiras (Nota 25)	38.795	62.087
Despesas financeiras (Nota 25)	<u>(679.600)</u>	<u>(372.561)</u>
Resultado financeiro, líquido	(640.805)	(310.474)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(531.128)	(64.430)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 12 (a))	180.300	21.741
Prejuízo líquido do exercício	(350.828)	(42.689)
Total do resultado abrangente do exercício	(350.828)	(42.689)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em R\$ por ação) (Nota 26)	<u>(0,21)</u>	<u>(0,04)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(350.828)	(42.689)
Resultado abrangente no patrimônio líquido		
Total do resultado abrangente do exercício	(350.828)	(42.689)

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do prejuízo no exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social			Prejuízo acumulado	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Em 1º de janeiro de 2015	722.770	(361.385)	361.385	(56.701)	304.684
Aumento de capital social	631.127	361.385	992.512		992.512
Aumento de capital social a integralizar (Nota 21)	436.496	(436.496)			
Prejuízo do exercício				(42.689)	(42.689)
Em 31 de dezembro de 2015	1.790.393	(436.496)	1.353.897	(99.390)	1.254.507
Integralização de capital social (Nota 21)		436.496	436.496		436.496
Prejuízo do exercício				(350.828)	(350.828)
Em 31 de dezembro de 2016	1.790.393		1.790.393	(450.218)	1.340.175

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(531.128)	(64.430)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	122.269	40.942
Ajuste a valor presente	198.722	121.217
Provisão para contingência	(15)	15
Juros e encargos sobre financiamentos e outorga fixa	181.838	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.116	610
Apropriação de receita diferida	19.262	15.416
Variação monetária	267.688	247.765
	<u>261.752</u>	<u>361.535</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	(90.487)	(36.978)
Contas a receber	73.288	(105.184)
Partes relacionadas	(29.910)	6.606
Tributos a recuperar	(58.869)	(689)
Estoques	18	(78)
Despesas antecipadas	1.662	809
Outros ativos	915	84
Fornecedores e outras contas a pagar	(129.319)	108.642
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.262)	14.744
Tributos a pagar	(6.764)	5.550
Outorga variável	(2.755)	30.833
Adiantamento de clientes	45.294	20.784
Repasse de adicionais sobre tarifa	7.925	(3.480)
	<u>67.488</u>	<u>403.178</u>
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	<u>67.488</u>	<u>403.178</u>
Juros pagos sobre financiamentos	(92.623)	(48.570)
	<u>(25.135)</u>	<u>354.608</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(25.135)</u>	<u>354.608</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições intangível	(304.738)	(1.392.036)
Outorga fixa	(120.000)	(854.241)
Aquisições de imobilizado	(590)	(906)
	<u>(425.328)</u>	<u>(2.247.183)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(425.328)</u>	<u>(2.247.183)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento e integralização do capital social	436.496	992.512
Captação de financiamento		634.586
Pagamento custo de transação	(32.674)	
	<u>403.822</u>	<u>1.627.098</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>403.822</u>	<u>1.627.098</u>
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	<u>(46.641)</u>	<u>(265.477)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>187.533</u>	<u>453.010</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>140.892</u>	<u>187.533</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas		
Receita de serviços	800.291	854.668
Receita de Construção ICPC 01	478.696	1.448.087
Outras receitas	1.239	970
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.116)	(610)
	<u>1.277.110</u>	<u>2.303.115</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos operacionais	(346.582)	(337.063)
Custo de obras de Infra-Estrutura-ICPC1	(478.696)	(1.448.087)
	<u>(825.278)</u>	<u>(1.785.150)</u>
Valor adicionado bruto	451.832	517.965
Depreciação e amortização	(122.269)	(40.942)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>329.563</u>	<u>477.023</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	38.795	62.087
Valor adicionado total a distribuir	<u>368.358</u>	<u>539.110</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	<u>101.522</u>	<u>102.338</u>
Remuneração direta	80.429	85.495
Benefícios	15.543	12.616
FGTS	5.550	4.227
Impostos, taxas e contribuições	<u>(65.561)</u>	<u>105.252</u>
Federais	(89.513)	80.451
Estaduais	772	70
Municipais	23.180	24.731
Remuneração de capitais de terceiros	<u>683.225</u>	<u>374.209</u>
Encargos financeiros e outros	683.225	374.209
Remuneração de capitais próprios	<u>(350.828)</u>	<u>(42.689)</u>
Prejuízo do exercício	(350.828)	(42.689)
Valor adicionado distribuído	<u>368.358</u>	<u>539.110</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (“CARJ” ou “Concessionária” ou “Companhia”) foi constituída em 4 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim – Galeão (“Aeroporto do Galeão” ou “Galeão”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção, gerenciamento e exploração do Aeroporto do Galeão. A Companhia tem sede na Avenida Vinte de Janeiro, s/nº - Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

(a) Contrato de concessão

Em 2 de abril de 2014, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto do Galeão, decorrente do Edital de Concessão nº 01/2013, com o período correspondente a 25 anos, prorrogável por até 5 anos. A Companhia iniciou as suas operações em 12 de agosto de 2014.

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do complexo, a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”) para a Companhia;
- FASE I-B - Reforma do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no Plano de Exploração Aeroportuária-PEA.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Galeão, a Companhia se obriga a pagar à União parcelas anuais de contribuição fixa referente ao valor de R\$ 19.018.000, dividido em 25 parcelas anuais, e de contribuição variável correspondente ao percentual de 5% da receita bruta.

Adicionalmente possui como remuneração as receitas tarifárias: tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolva a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

Em abril de 2016, a Companhia concluiu a reforma e adequação previstas na FASE I – B do contrato de concessão e em maio de 2016 iniciou as operações das novas instalações.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 2.676.081 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 1.952.746), basicamente em virtude: (i) do saldo remanescente da 2ª parcela da outorga fixa vencida em maio de 2016, parcialmente amortizada em dezembro de 2016 no montante de R\$ 120.000 e totalmente liquidada em maio de 2017; (ii) da parcela da outorga fixa de 2017, vencida em 07 de maio de 2017, cujo pagamento deverá ser feito até 20 de dezembro de 2017, incluindo correções de multa e juros previstos no contrato de concessão, e (iii) da dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”), com vencimento em 15 de junho de 2017.

Conforme inicialmente previsto em seu plano de negócios, a Companhia previa a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES juntamente com bancos comerciais e mercados de capitais para financiamento dos investimentos previstos e executados referentes à Fase I–B, cujas obras foram concluídas em abril de 2016. Porém, a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito e impôs desafios à estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia, com a exigência de garantias restritivas aos acionistas. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia já obteve uma quarta extensão do prazo de pagamento para junho de 2017, enquanto segue trabalhando na conversão do empréstimo ponte em empréstimo de longo prazo.

A Companhia apresentou em 05 de abril de 2017 o pleito no qual solicita adesão ao programa de reprogramação das contribuições fixas do contrato de concessão, nos termos da Portaria nº 135 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (“Portaria”), publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2017. Nos termos do pleito, a Concessionária propõe a quitação das parcelas de 2018, 2019 e parte da parcela de 2020 entre os meses de dezembro de 2017 e junho de 2018. A proposta apresentada considera um período de não pagamento de outorgas fixas regulares entre 2018 e 2022 (inclusive). A partir de 2023, está prevista a retomada dos pagamentos da contribuição fixa através de parcelas crescentes que acompanharão a capacidade de geração de caixa da Companhia. Em 17 de abril de 2017, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil atestou que a proposta apresentada pela Companhia atende a todos os requisitos da Portaria e concedeu anuência prévia ao pleito reformulado, encaminhando-o à ANAC para as providências cabíveis.

Para 2017, a Concessionária espera um crescimento no fluxo de passageiros com a evolução no cenário macroeconômico no país e expansão das suas atividades comerciais, impactando na sua capacidade de geração de caixa operacional. Adicionalmente, já houve uma integralização de capital dos acionistas no montante de R\$ 890.820 em 13 de abril de 2017, e ainda estão previstos novos aportes para fazer frente aos compromissos de curto prazo, o que demonstra um compromisso e a confiança dos acionistas com o desenvolvimento do projeto e do país.

(c) Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências de algumas empresas do Grupo Odebrecht, incluindo a acionista indireta Odebrecht S.A. Embora a Companhia não tenha sido objeto de busca e apreensão, e não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reforçamos que, no limite no nosso conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos, ex-executivos ou integrantes nas referidas acusações, e desconhecemos qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado. A Companhia não tem conhecimento de qualquer tipo de investigação em andamento pela Administração Pública Federal, bem como qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato.

Adicionalmente, a Companhia ressalta que, logo após a sua constituição e ainda no ano de 2014, foi implantando um sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial (“Sistema de Conformidade”). Esse Sistema de Conformidade, adotado pela Companhia, inclui: (i) implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram outras mudanças relevantes.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pelo Conselho Fiscal em 15 de maio de 2017.

2 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são avaliados ao custo acrescidos dos rendimentos até a data do balanço e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

(a) Classificação, Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis a depender da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(b) Impairment de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado.

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2016, compreendem as rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Contas a receber” e “Partes relacionadas” (Notas 7, 8, 9 e 11, respectivamente).

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, que não difere dos valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise trimestral do saldo de cada título por cliente, em conjunto aos responsáveis dos setores comercial, crédito e cobrança e jurídico identificando a probabilidade de seu recebimento. O montante é considerado suficiente pela Administração observando o saldo em aberto e o histórico de perdas do contas a receber.

2.5 Estoques

Os estoques correspondem às compras de materiais de reposição e manutenção para as atividades da Companhia e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens referentes aos bens não conversíveis ao poder concedente. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A depreciação é calculada utilizando o método linear considerando seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 13).

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.9 Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As aquisições de bens reversíveis efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente, ao final da concessão, em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

A amortização deste ativo intangível, representado pelos dispêndios realizados para ampliar a estrutura aeroportuária, é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de consumo do benefício econômico esperado (curva de demanda de passageiros) ao longo do prazo de concessão do aeroporto, respeitando a vida útil do bem corpóreo.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 14.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Desta forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, calculado com base na taxa de juros anual NTNB - 150540 de 6,22%, taxa equivalente de mercado com juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é realizada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão (curva de demanda de passageiros), limitada à capacidade máxima de cada marco de investimento. Os marcos de investimento originam-se de gatilhos atrelados à curva de demanda de passageiros, com vistas à manutenção do nível de serviço exigido pelo poder concedente.

Os ônus financeiros provenientes da atualização da outorga são, por sua vez, capitalizados ao longo da evolução dos marcos de investimento, até a sua conclusão.

2.10 Credor pela aquisição da concessão

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto do Galeão que são registradas inicialmente a valor justo, amortizados pelas liquidações financeiras e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*.

2.12 Financiamentos

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamento são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes representam valores cedidos de clientes, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais.

2.15 Repasse de adicionais sobre tarifas

Corresponde aos valores a serem repassados ao Fundo Nacional de Aviação Civil e Departamento de Controle do Espaço Aéreo incidentes sobre as tarifas aeroportuárias e estão, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

2.16 Capital social

As ações ordinárias e aportes de capital são classificados no patrimônio líquido.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Receitas de serviços

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18 Benefícios a empregados

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela acionista indireta Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 887 (31 de dezembro de 2015, R\$ 552).

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 "Benefícios a empregados".

2.19 Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.20 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco.
- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua e, para o exercício de 2016 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de passageiros e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 12 (b)).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Capitalização e amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a capitalização das despesas financeiras e o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão, através da curva de capacidade instalada e da projeção da curva de demanda de passageiros, limitado ao prazo final da concessão, respectivamente. A Administração entende que são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporados no ativo.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio, conforme mencionado na Nota 1.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez para a proteção e rentabilidade de seus ativos e do seu patrimônio.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para cumprir os seus compromissos, conforme determinado pelas previsões de caixa elaboradas pela Companhia.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>
Em 31 de dezembro de 2016		
Financiamentos (Nota 15)	1.123.764	
Fornecedores e contas a pagar (Nota 16)	48.175	
Credor pela aquisição da concessão (Nota 19)	1.938.709	11.088.078

(d) Risco associado a taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação das taxas de juros, podendo causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém seus empréstimos atrelados à taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e à taxa de risco de crédito anual de 2,4%.

A Companhia mantém a sua Outorga Fixa atrelada ao índice de preços ao consumidor amplo ("IPCA").

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras, sendo as principais exposições de risco de mercado da Companhia.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos e perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e obrigações com o poder concedente estão vinculados à variação da TJLP, IPCA, Certificado de depósito interbancário ("CDI") e pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC").

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros são:

Ativo Financeiro	31 de dezembro de 2016	Risco / indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	140.892	CDI	18.147	13.610	9.059
Aplicações financeiras	127.465	SELIC	16.443	12.339	8.221
Referência de ativos financeiros			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
CDI (% ao ano)			12,88%	9,66%	6,43%
SELIC (% ao ano)			12,90%	9,68%	6,45%
Passivo Financeiro					
Operação	31 de dezembro de 2016	Risco / indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	1.137.349	TJLP	85.301	106.683	127.952
Concessão de serviço poder público	11.088.078	IPCA	697.217	871.523	1.045.606
Concessão de serviço poder público - curto prazo	1.794.334	SELIC	231.469	289.426	347.204
Referência de passivos financeiros			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)			7,50%	9,38%	11,25%
IPCA (% ao ano)			6,29%	7,86%	9,43%
SELIC (% ao ano)			12,90%	16,13%	19,35%

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a TJLP, o IPCA, SELIC e a taxa de CDI.

(e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo adquiridos no mercado conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Total dos financiamentos (Nota 15)	1.123.764	1.109.053
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(140.892)	(187.533)
Menos: Aplicações financeiras (Nota 8)	(127.465)	(36.978)
Dívida líquida	<u>855.407</u>	<u>884.542</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.340.175</u>	<u>1.254.507</u>
Total do capital	<u>2.195.582</u>	<u>2.139.049</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>39</u>	<u>41</u>

5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém depósitos bancários e aplicações financeiras com instituições classificadas pelas agências Standard and Poor's, Moody's e Fitch pelos ratings mínimos AA-, Aa3 e AA- respectivamente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver):

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo financeiro da concessão		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Contas a receber (Nota 9)	94.911	171.315
Partes relacionadas (Nota 11)	18.799	18.489
	<u>113.710</u>	<u>189.804</u>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira (Nota 7)	268.087	224.375
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral e numerários em trânsito (Nota 7)	270	136
	<u>268.357</u>	<u>224.511</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	
	2016	2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	140.892	187.533
Aplicações financeiras (Nota 8)	127.465	36.978
Contas a receber (Nota 9)	94.911	171.315
Partes relacionadas (Nota 11)	18.799	18.489
	<u>382.067</u>	<u>414.315</u>
	Outros passivos financeiros	
	2016	2015
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Financiamentos (Nota 15)	1.123.764	1.109.053
Fornecedores e contas a pagar (Nota 16)	48.175	160.630
Partes relacionadas (Nota 11)	24.880	54.480
Credor pela aquisição da concessão (Nota 19)	13.026.787	11.618.848
Repasse de adicionais sobre tarifa (Nota 20)	38.452	30.527
	<u>14.262.058</u>	<u>12.973.538</u>

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Aplicações financeiras (*)	137.319	177.734
Bancos conta movimento	3.303	9.663
Numerários em trânsito	265	131
Caixa geral	5	5
	<u>140.892</u>	<u>187.533</u>

A Concessionária possui aplicações em fundo exclusivo de investimento, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e ativos financeiros de ratings mínimos AA-, Aa3 e AA-, classificados pelas agências *Standard and Poor's*, *Moody's* e *Fitch*, respectivamente.

(*) Composição

	2016	2015
Operações compromissadas	92.627	41.659
CDBs	44.692	61.595
LF		74.480
	<u>137.319</u>	<u>177.734</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Fundo é remunerado pela taxa média de 99% do CDI (31 de dezembro de 2015, 100%), sem prazo de carência e baixo risco de crédito, com liquidez imediata.

8 Aplicações financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fundos de investimentos	127.465	36.978
	<u>127.465</u>	<u>36.978</u>

O fundo de investimento exclusivo apresenta aplicações em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos de renda fixa marcado a mercado com rentabilidade diária vinculada a SELIC.

9 Contas a receber

A Companhia possui contas a receber em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 94.911 (31 de dezembro de 2015, R\$ 171.315), sendo R\$ 21.702 vencidas (31 de dezembro de 2015, R\$ 11.353). Esses créditos estão sendo negociados e recebidos de forma gradativa e, com base nos conhecimentos dos negócios, a administração não espera perdas na realização.

A composição dos valores a receber de clientes está apresentada abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo circulante:		
Comercial	38.646	126.274
Aeroportuária	42.843	35.787
Teca	9.023	5.585
Outras contas a receber	6.192	615
(-) PCLD	<u>(3.116)</u>	<u>(610)</u>
	93.588	167.651
Ativo não circulante:		
Comercial	<u>1.323</u>	<u>3.664</u>
	<u>94.911</u>	<u>171.315</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores a receber por vencimento estão apresentados abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo circulante:		
A vencer	75.002	156.908
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.116)	(610)
Títulos vencidos:		
De 1 a 30 dias	4.059	2.983
De 31 a 60 dias	3.488	1.320
De 61 a 90 dias	3.468	2.661
De 91 a 180 dias	3.018	1.079
Acima de 180 dias	7.669	3.310
	<u>21.702</u>	<u>11.353</u>
	93.588	167.651
Ativo não circulante:		
A vencer	<u>1.323</u>	<u>3.664</u>
	<u>94.911</u>	<u>171.315</u>

10 Tributos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IR, CSL, PIS e COFINS retidos na fonte sobre faturamento e IR retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e PIS e COFINS não cumulativos	43.412	12.518
Crédito de PIS e COFINS sobre intangível em infraestrutura (i)	141.068	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.497	83
Outros	287	177
	<u>186.264</u>	<u>12.778</u>
Ativo circulante:	150.997	12.778
Ativo não circulante:	<u>35.267</u>	

- (i) A Companhia registrou créditos de PIS e COFINS referentes aos gastos com a reforma e construção da infraestrutura.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Partes relacionadas

(a) Saldos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo circulante:		
Contas a receber - OTP (ii)	355	
	<u>355</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo não circulante:		
Contas a receber - Infraero (i)	18.444	18.489
	<u>18.444</u>	<u>18.489</u>
Passivo circulante:	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valores a pagar - Excelente BV (vi)		31.390
		<u>31.390</u>
Passivo não circulante:	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários a pagar - Infraero (iii)	2.062	2.062
Almoxarifado - Infraero (iv)	4.910	4.910
Valores a pagar - Infraero (v)	17.908	16.118
	<u>24.880</u>	<u>23.090</u>

(b) Transações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado:		
Receita comercial - Infraero (i)		14.537
Valores a receber - OTP (ii)	355	
Custo com pessoal - Infraero (iii)		(996)
Custo com serviços de terceiros (v)	(1.835)	(3.332)
Custo com serviços de terceiros (vi)	(42.649)	(57.496)
Custo com serviços de construção (vii)	(255.530)	(1.118.588)
	<u>(299.659)</u>	<u>(1.165.875)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a valores de telefonia e a aluguel de espaços à Infraero;
- (ii) Refere-se a recuperação de gastos com pessoal junto à OTP;
- (iii) Refere-se a reembolso de salários e encargos dos funcionários cedidos pela Infraero durante o processo de transição operacional do Aeroporto do Galeão;
- (iv) Refere-se a itens de almoxarifado adquiridos da Infraero;
- (v) Refere-se a repasse proporcional à Infraero pela utilização dos terminais de carga;
- (vi) Refere-se a valores a pagar à Excelente BV / Excelente Brasil (“empresas do acionista indireto *Changi Airports International*”), pelos serviços de consultoria técnica; e
- (vii) Refere-se aos gastos com construção da infraestrutura do aeroporto realizada pelo Consórcio Construtor Galeão, formado pelas consorciadas Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

("CNOBR"), atual Odebrecht Engenharia e Construções Internacional S.A ("OECI") e MPE Engenharia e Serviços S.A. ("MPE"), com participação de 90% e 10%, respectivamente. A empresa MPE não faz parte do grupo Odebrecht.

(c) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia totalizou o montante de R\$ 12.913 (31 de dezembro de 2015, R\$ 12.198).

(d) Participação nos lucros e resultados

Em 2016, a Companhia pagou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 19.484 (31 de dezembro de 2015, R\$ 11.572), referente à provisão registrada em 2015 no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia constituiu a provisão de R\$ 15.200 (31 de dezembro de 2015, R\$ 21.484) referente ao pagamento a ser realizado em 2017.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo antes dos impostos	(531.128)	(64.430)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	<u>180.584</u>	<u>21.906</u>
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Exclusões (adições) permanentes e temporárias, líquidas	<u>(284)</u>	<u>(165)</u>
Total de IR e CSLL diferidos	<u>180.300</u>	<u>21.741</u>

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	705.914	343.424
Diferenças temporárias	<u>200.636</u>	<u>105.255</u>
Tributos diferidos ativos	<u>906.550</u>	<u>448.679</u>
Passivo não circulante		
Amortização do Intangível (linear)	(633.359)	(371.035)
Diferenças temporárias	<u>(41.951)</u>	<u>(26.704)</u>
Tributos diferidos passivos	<u>(675.310)</u>	<u>(397.739)</u>
Tributos diferidos líquidos	<u>231.240</u>	<u>50.940</u>

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos diferidos referem-se basicamente a prejuízos fiscais sobre a diferença entre os critérios de amortização da outorga fiscal e contábil, pelo método linear e pela curva da demanda de passageiros, respectivamente, e a diferença temporária proveniente da divergência entre o tratamento contábil e fiscal para os juros sobre empréstimos capitalizáveis.

A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e a realização do passivo para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização do diferido					
	31 de dezembro de 2016			31 dezembro de 2015		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2024	11.346		11.346	6.069		6.069
2025				47.752		47.752
2026	14.699		14.699	56.000	(53.146)	2.854
2027	39.870		39.870	88.437	(64.114)	24.323
2028 em diante	840.635	(675.310)	165.325	250.421	(280.479)	(30.058)
Total	906.550	(675.310)	231.240	448.679	(397.739)	50.940

13 Imobilizado

(a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	1.382	(423)	959	768
Móveis e utensílios	10	932	(200)	732	731
Ferramentas e aparelhos	10	363	(118)	245	225
Veículos	20	715	(471)	244	422
		3.392	(1.212)	2.180	2.146

(b) Movimentação

	2016	2015
Saldo no início do exercício	2.146	1.713
(+) Adições	590	906
(-) Depreciação	(556)	(473)
Saldo no final do exercício	2.180	2.146

A depreciação alocada à despesa administrativa é de R\$ 556 (31 de dezembro de 2015, R\$ 473).

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

(a) Composição

	Taxas anuais médias de amortização (%)				2016	2015
		Custo	Atualização monetária	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)						
Edificações e instalações	*	2.141.928		(27.836)	2.114.092	142
Máquinas e equipamentos	*	70.814		(2.437)	68.377	15.964
Móveis e utensílios	*	2.886		(161)	2.725	1.913
Veículos	*	13.205		(764)	12.441	12.833
Intangível em formação						1.913.744
Adiantamento a fornecedores						14.825
		2.228.833		(31.198)	2.197.635	1.959.421
Outros intangíveis (ii)						
Direito de outorga da concessão		9.524.449	3.388.531	(141.158)	12.771.822	11.902.390
Softwares adquiridos de terceiros	*	11.128		(1.253)	9.875	9.795
		9.535.577	3.388.531	(142.411)	12.781.697	11.912.185
		11.764.410	3.388.531	(173.609)	14.979.332	13.871.606

(*) A amortização é calculada pelo período da concessão conforme descrito na nota 2.9 (iii).

(i) Intangível em Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

A Companhia adota o procedimento de capitalizar 100% dos custos de financiamento diretamente atribuíveis às aquisições de sua infraestrutura. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de custos de financiamento capitalizado foi de R\$ 44.998 (31 de dezembro de 2015, R\$ 62.614).

Em abril de 2016, com a conclusão da reforma e adequação previstas na FASE I – B do contrato de concessão o saldo de intangível em formação foi transferido para contas específicas dentro do grupo de intangível em infraestrutura.

(ii) Outros intangíveis

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao custo dos serviços.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	<u>Infraestrutura</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Software</u>	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Custo	1.945.199	11.953.056	10.422	14.825	13.923.502
Amortização acumulada	(603)	(50.666)	(627)		(51.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.944.596	11.902.390	9.795	14.825	13.871.606
Aquisições	308.182		706	12.715	321.603
Transferência	27.540			(27.540)	
Créditos de Pis e Cofins (*)	(114.618)				(114.618)
Encargos capitalizados	62.530	959.924			1.022.454
Amortização	(30.595)	(90.492)	(626)		(121.713)
Saldo contábil	2.197.635	12.771.822	9.875		14.979.332
Custo	2.228.833	12.912.980	11.128		15.152.941
Amortização acumulada	(31.198)	(141.158)	(1.253)		(173.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.197.635	12.771.822	9.875		14.979.332

(*) R\$ 114.618 referem-se a créditos de PIS e COFINS sobre a aquisição do intangível.

15 Financiamentos

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Financiamento BNDES	R\$	TJLP+ 2,4%	1.137.349	1.121.238
Custo de transação			(13.585)	(12.185)
			1.123.764	1.109.053

Em 30 de outubro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 1.106.000, a ser liberado parceladamente, com vencimento do principal inicial em 15 de março de 2016. Em 01 de março de 2016, a Companhia e o BNDES assinaram o primeiro aditivo contratual, prorrogando o vencimento da parcela única de amortização, de 15 de março de 2016 para até 15 de junho de 2016. Em 14 de junho de 2016, a Companhia e o BNDES assinaram o segundo aditivo contratual, prorrogando o vencimento, de 15 de junho de 2016 para até 15 de julho de 2016. Em 15 de julho de 2016, a Companhia e o BNDES assinaram o terceiro aditivo contratual prorrogando o vencimento, de 15 de julho de 2016 para até 01 de abril de 2017. Em 29 de março de 2017, a Companhia e o BNDES assinaram o quarto aditivo contratual, prorrogando o vencimento de 01 de abril de 2017 para 15 de junho de 2017.

Em 23 de dezembro de 2014; 28 de abril de 2015; 24 de julho de 2015 e 21 de outubro de 2015, o BNDES liberou os valores de R\$ 450.000; R\$ 173.000; R\$ 250.000 e R\$ 233.481, respectivamente. Até outubro de 2015 as liberações totalizaram R\$ 1.106.481.

Durante o exercício de 2015 foi iniciado o pagamento das parcelas de juros. Em 13 de fevereiro de 2015; 14 de maio de 2015; 03 de agosto de 2015 e 16 de novembro de 2015, a Companhia liquidou as parcelas de juros do contrato de financiamento do BNDES nos valores de R\$ 5.397; R\$ 9.168; R\$ 14.616 e R\$ 19.389, respectivamente. Os pagamentos totalizaram R\$ 48.570 no exercício de 2015.

Em 15 de fevereiro de 2016; 16 de maio de 2016; 15 de agosto de 2016 e 16 de novembro de 2016, a Companhia liquidou as parcelas de juros do contrato de financiamento do BNDES nos valores de R\$ 22.904; R\$ 22.986; R\$ 23.068 e R\$ 23.665, respectivamente. Os pagamentos totalizaram R\$ 92.623 no exercício de 2016.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016, está apresentado pelo valor justo e líquido do custo de transação no montante de R\$ 13.585 (31 dezembro de 2015, R\$ 12.185).

(a) Movimentação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo no início do exercício	1.109.053	435.889
Captações		656.481
Juros provisionados	108.734	62.614
Juros pagos	(92.623)	(48.570)
Custo de transação	(32.674)	(21.895)
Amortização do custo de transação	31.274	24.534
Saldo no final do exercício	<u>1.123.764</u>	<u>1.109.053</u>

(b) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores"). Em favor dos Fiadores foram oferecidas em garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão, além do contrato do suporte de capital ESA (*Equity Support Agreement*).

16 Fornecedores e contas a pagar

O montante de R\$ 48.175 (31 de dezembro de 2015, R\$ 160.630), refere-se substancialmente a obrigações a pagar a fornecedores pela contratação de serviços de engenharia e construção da infraestrutura, manutenção, limpeza e segurança.

17 Adiantamento de clientes

Os valores registrados na rubrica de adiantamento de clientes no montante de R\$ 163.403 (31 de dezembro de 2015, R\$ 98.847) sendo R\$ 21.931 (31 de dezembro de 2015, R\$ 26.109) no passivo circulante e R\$ 141.472 (31 de dezembro de 2015, R\$ 72.738) no passivo não circulante, referem-se a receitas não tarifárias de cessão de espaços físicos para fins comerciais, que serão apropriados aos exercícios futuros conforme a sua competência.

18 Contingências cíveis

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Conforme opinião dos assessores jurídicos da Companhia, as ações apresentadas a seguir possuem expectativa de perda possível, por essa razão, não foram constituídas as respectivas provisões.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cíveis (a)	910	627
Trabalhistas (b)	4.109	1.318
Tributários (c)	998	900
	<u>6.017</u>	<u>2.845</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Riscos Cíveis:

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza cível cujo objetos, em sua maioria, são pedidos de indenização por danos morais e materiais decorrentes de relação de consumo dos usuários da estrutura aeroportuária.

(b) Riscos Trabalhistas:

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujo objetos, em sua maioria, são pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços e subcontratadas do Consórcio Construtor Galeão que realizou a obra da Fase I-B.

(c) Riscos Tributários

Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal em virtude de suposto descumprimento de condição estabelecida para ação de operações de vigilância aduaneira.

Depósitos Recursais:

Em 31 de dezembro de 2016 a Concessionária possuía R\$ 46 em depósitos recursais e não possuía depósitos judiciais.

19 Credor pela aquisição da concessão

	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outorga fixa a pagar (a)	1.794.334	24.330.960	927.255	22.753.798
Ajuste a valor presente (a)		(13.242.882)		(12.104.485)
Encargos sobre obrigações (b)	104.360			
Outorga variável a pagar (c)	40.015		42.280	
	<u>1.938.709</u>	<u>11.088.078</u>	<u>969.535</u>	<u>10.649.313</u>

- (a) A outorga fixa foi registrada com base no direito contratual da Companhia de explorar o complexo aeroportuário do Galeão, e será pago em 25 parcelas anuais (Nota 1). O cálculo do valor presente foi efetuado considerando a taxa de juros anual de 6,22%. Em maio de 2015, a Companhia liquidou a primeira parcela da outorga fixa no montante de R\$ 854.241. A segunda parcela, referente ao ano de 2016, foi parcialmente paga em dezembro de 2016 e totalmente liquidada em maio de 2017.
- (b) Valor correspondente a multa de 2% sobre a parcela não paga em maio de 2016 e correção mensal atrelada a SELIC.
- (c) A outorga variável é devida anualmente, sendo calculada ao percentual de 5% sobre a receita operacional bruta. A Companhia liquidou a outorga variável referente ao exercício de 2014, no montante de R\$ 12.150, em 11 de maio de 2015. A parcela referente ao exercício de 2015, no montante de R\$ 42.770, foi liquidada em 16 de maio de 2016. Em 15 de maio de 2017, a Companhia liquidou a parcela referente ao exercício de 2016, no montante de R\$ 40.015.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Repasse de adicionais sobre tarifa

	2016	2015
Fundo Nacional de Aviação Civil ("FNAC") (a)	30.579	13.036
ATAERO (b)	7.572	17.052
PAN e PAT (c)	301	439
	<u>38.452</u>	<u>30.527</u>

- (a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei n. 9.825, de 23 de agosto de 1999.
- (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei n. 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários.
- (c) Repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

21 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social integralizado da Companhia era de R\$ 1.353.897 e o capital a integralizar era de R\$ 436.496, representado por 1.790.393.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 26 de abril de 2016, os acionistas da Companhia integralizaram capital social no montante de R\$ 436.496 em moeda corrente, sendo R\$ 222.613 integralizado pela acionista Rio de Janeiro Aeroportos S.A ("RJA") e R\$ 213.883 integralizado pela acionista Infraero.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social e o quadro acionário da Companhia está representado a seguir:

Acionistas	Capital integralizado	Ações nominativas	Participação (%)
Rio de Janeiro Aeroportos S.A.	913.100	913.100.430	51%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	877.293	877.292.570	49%
	<u>1.790.393</u>	<u>1.790.393.000</u>	<u>100%</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Receita líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de construção	478.696	1.448.087
Receita de operação bruta		
Receita aeroportuária	267.802	246.456
Receita com armazenagem	143.424	200.876
Receita comercial	410.164	417.399
Outras receitas	5.233	9.732
	<u>826.623</u>	<u>874.463</u>
Receita bruta total	<u>1.305.319</u>	<u>2.322.550</u>
Tributos sobre serviços de operação	(97.400)	(103.854)
Devoluções e cancelamentos	(26.332)	(19.795)
	<u>1.181.587</u>	<u>2.198.901</u>

23 Custos dos serviços

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo de operação		
Amortização do intangível	(118.505)	(38.961)
Serviços de terceiros	(194.256)	(194.575)
Custo de material	(34.217)	(29.142)
Outorga variável	(39.354)	(42.275)
Custo com água, esgoto e energia elétrica	(48.779)	(44.719)
Gastos com pessoal	(76.839)	
Demais custos	(7.142)	(2.946)
	<u>(519.092)</u>	<u>(352.618)</u>
Custos de construção da infraestrutura	<u>(478.696)</u>	<u>(1.448.087)</u>
	<u>(997.788)</u>	<u>(1.800.705)</u>

24 Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa com pessoal	(40.751)	(118.881)
Serviços de auditoria e consultoria	(16.987)	(18.326)
Gastos gerais	(14.675)	(13.886)
Outros	(2.948)	(1.059)
	<u>(75.361)</u>	<u>(152.152)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Resultado financeiro, líquido

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	34.925	58.250
Variação cambial	2	6
Variação monetária	643	623
Juros sobre atraso	2.042	1.052
Descontos obtidos	1.183	2.156
	<u>38.795</u>	<u>62.087</u>
Despesas financeiras		
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos e outorga fixa	(181.838)	
Variação monetária	(267.688)	(247.765)
Variação cambial	(19)	(17)
Ajuste a valor presente	(198.722)	(121.217)
Juros e comissões bancárias	(24.942)	997
Outras	(6.391)	(4.559)
	<u>(679.600)</u>	<u>(372.561)</u>
	<u>(640.805)</u>	<u>(310.474)</u>

26 Prejuízo por ação

(a) Básico

O prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações	(350.828)	(42.689)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (lote de mil)	<u>1.647.280</u>	<u>1.124.319</u>
Prejuízo básico por ação - R\$	<u>(0,21)</u>	<u>(0,04)</u>

Não existem itens com potencial de diluição.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Seguros

A Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro de veículos	Tokio	30/09/2017	(*)
Seguro de riscos nomeados e operacionais	AIG	02/04/2017	3.156.364
Seguro de riscos de engenharia	AIG	30/04/2018	2.146.231
Seguro garantia executante concessionário	PAN	02/04/2019	1.374.894
Seguro de responsabilidade civil de Hangar e serviços aeroportuários	MAPFRE	17/04/2017	USD 1.000.000
Seguro com riscos de terrorismo e sabotagem	AIG	02/10/2017	800.000
Seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O)	ACE	04/07/2017	50.000
Seguro de responsabilidade civil operações amplas	AIG	17/04/2017	30.000
Seguro de responsabilidade civil geral	AIG	31/01/2017	30.000
Seguro de riscos ambientais	AIG	31/12/2017	10.000
Seguro de compra e venda de energia	FAIRFAX BRASIL	01/07/2017	7.493
Seguro de responsabilidade civil estacionamento	Tokio	12/08/2017	1.000

(*) 110% da Tabela FIPE

28 Eventos subsequentes

Entre os meses de janeiro e maio de 2017, a Concessionária quitou o saldo remanescente da 2ª parcela da outorga fixa, vencida em maio de 2016, no montante de R\$ 951.861 sendo:

- Em 30 de janeiro de 2017, no montante de R\$ 9.335;
- Em 17 de fevereiro de 2017, no montante de R\$ 9.335;
- Em 31 de março de 2017, no montante de R\$ 9.335;
- Em 19 de abril de 2017, no montante de R\$ 919.413; e
- Em 12 de maio de 2017, no montante de R\$ 4.443;

Em 15 fevereiro de 2017, a Companhia realizou o pagamento dos juros trimestrais do financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 23.234.

Em 29 de março de 2017, a Companhia assinou o aditivo nº4 ao contrato de financiamento junto ao BNDES, prorrogando o termo final do prazo de carência do contrato de financiamento de 15 de março de 2017 para 15 de maio de 2017 e a data do vencimento da parcela única de amortização, de 01 de abril de 2017 para até 15 de junho de 2017.

Em 13 de abril de 2017, os acionistas da Companhia realizaram a integralização de capital social no montante de R\$ 890.820, sendo R\$ 454.318, representado por 454.317.968 ações ordinárias, integralizados pela RJA e R\$ 436.502, representado por 436.501.576 ações ordinárias, integralizados pela Infraero.

Em 15 de maio de 2017, a Companhia efetuou o pagamento da parcela anual de 2016 da outorga variável no valor de R\$ 40.015.

* * *